

TERRAS EM FRONTEIRAS: APONTAMENTOS SOBRE ESTUDOS AGRÁRIOS E RURALIDADES*

Paulo José Koling
E-mail: pkoling@gmail.com

Marcio Antônio Both da Silva
E-mail: marcioboth@gmail.com

Resumo: Nesse capítulo o propósito é apresentar alguns resultados dos estudos realizados no âmbito da Linha de Pesquisa Estado e Poder, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon, que tratam da Questão da Terra e do Mundo Rural, seja em termos de projetos de pesquisa ou de formação profissional de mestrandos e doutorandos, quanto de debates e discussões instigadas no conjunto das atividades de ensino, de pesquisa e também de extensão que tiveram e têm por foco as reflexões sobre esses temas e construções de territorialidades no universo agrário.

Nesse capítulo temos o propósito de apresentar alguns resultados dos estudos realizados no âmbito da Linha de Pesquisa Estado e Poder, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, da UNIOESTE – Câmpus de Marechal Cândido Rondon, que tratam da questão de Terra e do mundo rural, seja em termos de projetos de pesquisa ou de formação profissional de mestrandos e doutorandos, quanto de debates e discussões instigadas no conjunto das atividades de ensino, de pesquisa e também de extensão que tiveram e têm por foco as reflexões sobre esses temas e construções de territorialidades no universo agrário. De certo modo, como indicamos mais adiante, o exercício dessa escrita também tem o propósito de demonstrar a importância do espraiamento da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) em regiões interioranas (no país e nos estados da federação) e mesmo em áreas de fronteiras político-administrativas do estado nacional, enquanto programa e ação de desenvolvimento (social, econômico e cultural), políticas públicas estruturantes de intercâmbio internacional e de aproximação solidária latino-americana.

Na região Oeste do Paraná, quanto no conjunto social e territorial fundiário paranaense e brasileiro, bem como nos demais países latino-americanos, a terra continua sendo o nó górdio quando revisamos e revisitamos o passado, quando olhamos para a realidade atual ou mesmo ao perspectivar o futuro a nós e às novas gerações. As múltiplas fronteiras (visíveis e invisíveis) – de aproximações e pertencimentos, de convivências e solidariedades, de companheirismos e irmandades, de parentescos/familiarida-

* DOI

des e vizinhanças, de exclusões e segregações, de estranhamentos e disputas, de expropriações e conflitos, de conquistas e retornos ou retomadas, de migrações e êxodos, dentre tantas outras condições e situações –, tão bem analisadas por José de Souza Martins (1997 e 1993) e lidas por Ederson Fernando Milan dos Santos (2015), remetem ao ofício da pesquisa sobre a terra e suas fronteiras nessas paragens paranaenses e brasileiras. Terras de trabalho e/ou terras de negócios, assim como posse e/ou propriedade jurídica balizam, em grande parte, modos de vida e de vínculos com a terra e de práticas sociopolíticas entre os mais variados sujeitos sociais, sejam elas e eles indivíduos/individuais, grupos sociais, coletividades, classes, corporações e instituições.

Nesse sentido, um dos apontamentos iniciais desse texto retoma uma das fontes representativas das demarcações da cartografia agrária e de delineamento de fronteiras no âmbito do estado do Paraná e, em especial, nas mesorregiões Oeste, Sudeste e Centro-Sul, lócus dessas práticas de pesquisa em CT&I e lugar social dessa Universidade e Programa de Pós-Graduação. Obviamente que a cartografia, em particular os mapas geográficos e político-administrativos, mais conhecida e referenciada tem sua origem e confecção vinculada ao planejamento e logística do Estado e das gestões governamentais (de mandatos em órgãos do poder público), obtida por meio de financiamento às agências de terra, cartografia, migração, colonização e geologia – a exemplo do atual Instituto de Terras, Cartografia e Geologia (ITCG) no Paraná – ou de órgãos do governo vinculados à agricultura, reforma agrária, meio ambiente, infraestrutura (portos, ferrovias, rodovias, sistemas de transporte e escoamento) e energia, ou ainda por ofício de agentes e servidores do Estado ou de serviços de terceiros contratados, dentre outros.

Enquanto linguagem histórica, essa cartografia agrária e do espaço geográfico do estado nacional e de seus entes federados, demarcam um dos elementos centrais do próprio Estado moderno ocidental e daquilo que, predominantemente, é projetado como “a” civilização (evolução e progresso). Pode-se dizer, inclusive, que houve a permanência e continuidade de uma tradição e “herança” luso-brasileira (colonial, imperial e republicana) nesses elementos de “invenção da nação” (CHAUI, 2007): a interiorização bandeirante, a unidade territorial e a centralização e centralidade do formato e institucionalização dos organismos e poderes públicos do Estado. Nesse sentido, a civilização expandia seu domínio sobre o espaço natural, eliminando ou submetendo os “povos originários”, considerados silvícolas ou parte de fauna agreste dos sertões vazios daquela civilidade¹. Em outra direção e movimento, o outro braço dos civilizados nacionais dominava e mantinha os escravizados e a escravidão, até o advento da abolição no texto da lei (em 1888), e, após essa, os donos do poder – os senhores da terra e senhores da guerra, como expôs Regina Bruno (1997) ao período recente – agiam enclavinados na terra e no corpo do Estado.

¹ Para uma leitura crítica do chamado “vazio demográfico”, confira o livro de Lúcio Tadeu Motta (1994).

Para o caso do Paraná, no momento, interessa-nos, primeiramente, apresentar cinco mapas históricos que têm relação com os estudos agrários realizados nos últimos anos e, brevemente, apontar para o aspecto da mobilidade dessas fronteiras, bem como alguns elementos do processo de expropriação, grilagens, apropriação e privatizações de terras dos povos originários e de caboclos, ou mesmo, do ponto de vista da legislação agrária, consideradas terras nacionais ou devolutas.

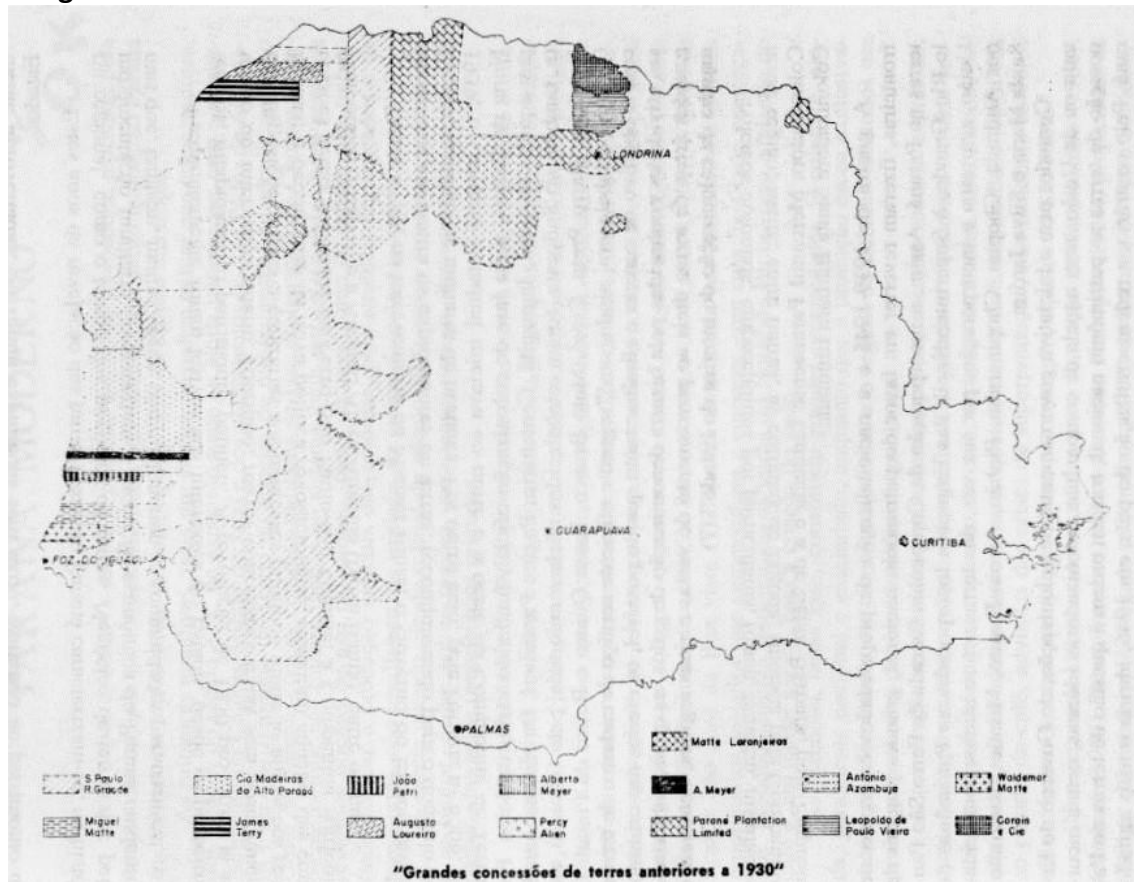
O primeiro mapa, elaborado no ano de 1881, organizado pela Inspetoria Geral das Terras e Colonização, apresenta, nos sinais convencionais nesse registro cartográfico, as indicações da capital da província – Curitiba –, cidades, vilas, freguesias, povoações, colônias gerais e provinciais, colônias militares e aldeamentos. Também desenha as divisas com as demais províncias, os limites internacionais com as repúblicas da Argentina e do Paraguai, além das linhas das estradas de ferro projetadas e as linhas de navegação.

O *Mappa Topographico de 1881*, da Província do Paraná, também inclui a localização e a demografia de Curitiba e das principais colônias de imigrantes, conforme demonstrativo indicado no quadro inferior do mapa, sendo elas: *Colonia Octavio* (município de Ponta Grossa), com 742 almas; *Sinimbú* (município de Palmeira), com 529 almas; *Alleman Russa*, com 184 almas; *Nova Italia*, 2.500 almas; *Colonia Provincial* (Colonias Municipaes e Colonias Particulares), com 1.026 almas; *Curityba* (Colonias estabelecidas nos arredores d'essa cidade), com 4.407 almas; e, *Assumguy*, com 2.783 almas.

Para uma leitura inicial do contexto histórico-social paranaense durante a década de 1880, contemporânea à confecção desse *Mappa Topographico*, mas também para o período de 1853 a 1930, indicamos a tese de autoria de Ricardo Rocha de Oliveira (2000), intitulada *O Silêncio das genealogias: classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930)*, bem como sua abordagem sobre a prosopografia familiar da classe dominante, haja vista o predomínio de algumas famílias em seus negócios com a terra e o Estado, além dos vínculos de casamentos praticados e sua relação com a permanência dos domínios. O autor também destaca as bases econômicas, em particular os negócios com a erva-mate e a pecuária e o tropeirismo nos campos gerais oitocentista, a centralidade política e social curitibana e seu entorno agrícola estabelecido a partir dos novos projetos de núcleos coloniais aos imigrantes europeus e o incentivo à produção de subsistência em pequenas parcelas de terra destinada, principalmente, ao abastecimento de Curitiba.

moderno”, publicado no Boletim nº. 7, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, de setembro de 1968.

Imagem 2: Paraná – Grandes Concessões de Terra até 1930



Fonte: WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA (In: 1988, p. 13).

Trata-se de uma fonte importante para o entendimento dos temas agrários referentes às regiões Norte, Noroeste, Centro-Sul, Oeste e Sudeste do Paraná, bem como em relação aos conflitos e litígios de terras que ocorreram nesse período e nessas regiões. Além de ser um texto publicado no ano de 1968, praticamente, inovador para a época e para o tema da (des)regulação fundiária no Paraná e conflitos agrários (grilagens e litígios), a própria abordagem dos historiadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) apresenta uma leitura crítica e, em grande medida, contundente para a questão agrária nas regiões de ocupação moderna no Paraná. Em parte, os autores apontam que no período recente a especulação imobiliária da terra teve forte presença de empresas privadas, seja na grande região Norte Pioneiro (Norte Novo e Norte Novíssimo) quanto na do Oeste.

Dentre as áreas de concessões indicadas na imagem 2 cabe destacar a da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (CEFSPRS), a da Paraná Plantation Limited (Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP), a da obra Matte Laranjeiras e a da Companhia Madeiras do Alto Paraná (que a partir de 1946 foi adquirida pela empresa Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPA).

As concessões de áreas de terras no Paraná às empreiteiras de estradas de ferro remontam ao período final do império. Pelo Decreto nº. 10.432, de 9/11/1889, deu início ao projeto da ferrovia São Paulo (Sorocaba) – Rio Grande do Sul (Santa Maria), cujo traçado seguia a rota dos tropeiros que passavam por Ponta Grossa, União da Vitória, seguia a bacia do Rio do Peixe (SC) e entrava no estado do Rio Grande do Sul por Marcelino Ramos. A construção do ramal ferroviário de Ponta Grossa à Guarapuava foi iniciada pela subsidiária da *Brazil Railway Company* a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO). Além disso foi contratado a construção de um ramal de Guarapuava a Foz do Iguaçu, porém, como em outros casos, esse ramal sequer foi iniciado (cf. WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988, p. 10).

Estão relacionadas a esse embróglio todo – das concessões de terras realizadas às empreiteiras (ferrovias, obras e colonizadoras) – muitas das mais expressivas lutas populares camponesas por terra de trabalho (cultivo efetivo e moradia habitual) em contraposição aos agentes e agências da terra de negócio (especulação de capital: obras de infraestrutura, transporte e serviços, exploração de madeiras e parcelamento da terra a terceiros particulares). Merecem destaque a Guerra do Contestado (1912-1916) e as disputas territoriais entre o estado do Paraná e o de Santa Catarina, a atuação do movimento tenetista rebelado (Coluna Paulista e Coluna Prestes) na região de obras no Oeste do Paraná (no triângulo Guaíra-Cananduvás/Guaraniaçu-Foz do Iguaçu) entre fins de 1924 e meados de 1925, a criação do Território Federal do Iguaçu (1943-1946) e a revolta de 1957 ocorrida no Sudoeste do Paraná. Ao mesmo tempo, essas concessões evidenciam grandes negócios e grandes calotes, o uso do Estado por empresários e famílias históricas poderosas e por grandes empresas, e o favorecimento privado desse bloco de especuladores na esfera privada e na esfera pública, em mão dupla.

Nesse caminho, apesar de somente se referirem a decorrências da segunda guerra mundial, os autores da *Nota Prévia*, citam o caso da empreiteira de ferrovia São Paulo-Rio Grande e suas sucessórias ou associadas (Braviaco).

A guerra de 1939-1945 e a nacionalização de propriedades em zonas de fronteiras, fizeram reverter em favor do patrimônio nacional, grandes porções de terras no Paraná. Assim, a incorporação da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, acarretou a incorporação, por sua vez, das terras, entre outras, conhecidas por Andrada, Chopim, Chopinzinho, Pinhão, Arroio Bonito, Missões, Riozinho, Santa Maria e Silva Jardim (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988, p. 14).

Em meio ao contexto do Paraná Moderno, os autores também problematizaram as práticas de grilagem, os casos de litígios e sobreposições de legislação, seja àquelas que houveram entre os estados do Paraná e de Santa Catarina (a área do Contestado, já citada), quanto ao do estado do Paraná e com a União em relação às áreas da faixa de fronteira e o próprio Território Federal do Iguaçu. Em outra medida, programas e projetos relacionados com a *Marcha para o Oeste*, eram compartilhados no âmbito agrário do governo federal (a União) e do governo

paranaense, especialmente em relação às novas frentes agrícolas, aos incentivos à migração interna e à inserção de novas fronteiras do *interland* ao mercado nacional (infraestrutura de transporte e abastecimento).

Nessa mesma toada, o terceiro mapa selecionado para esse texto se refere a parte paranaense que foi incluída no Território Federal do Iguaçu, criado pelo governo de Getúlio Vargas, em 1943, e teve vigência até 1946, pois, com a derrubada do Estado Novo e do governo Vargas e com a nova Constituição do país o território do estado do Paraná, assim como o de Santa Catarina, voltaram a ter os limites anteriores.

Imagem 3: Área do Território Federal do Iguaçu no Paraná



Fonte: <http://www.itcg.pr.gov.br/> In: <http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>. Acessado em 20/01/2021.

Dados: Mapa do Estado do Paraná organizado e desenhado pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização da Secretaria de Viação e Obras Públicas – 1944.

A escolha desse mapa, além de fazer parte da cartografia histórica do Paraná e ser um “capítulo” da história da região Oeste, tem relação com as abordagens sobre os fluxos migratórios (ondas ou frentes) de colonização nacional, civilizatória, do Paraná. Para Westphalen, Machado e Balhana (1988, p. 7-8), as três ondas de ocupação tinham suas origens na parte *Leste*, definida como a Tradicional (originária de Paranaguá, Curitiba e Ponta Grossa), na parte *Sul-Sudoeste* (originária do RS e de SC) e a parte *Norte* (originária de São Paulo e Minas Gerais, também indicada como a frente de expansão do café). De certo modo, por se levar em consideração essas diferenças e a integração geral, no contexto do pós-1950, há várias referências sobre os vários

Paraná. Todavia, essa multiplicidade de Paranas não vem a ser uma questão central, até porque os povos originários foram ignorados completamente. No entanto, esse mapa é obra *sui generis* do centralismo regional paranaense, pois, confeccionado no ano de 1944 pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, do Estado do Paraná, demonstra a permanência da oposição e contestação de *paranistas* tradicionais e metropolitanos, em relação à ação do governo Vargas.

O *paranismo*, grosso modo, tem sua origem na visão metropolitana da capital, Curitiba, bem como dessa tradição inventada. Tem origens e predomínio nas famílias históricas sesmeiras, a classe dominante agrária tradicional fundadora de Curitiba incrustada no governo provincial, ou que se transferiram para a capital, sendo, por sinal, em ambos os casos, muito poucas (pela genealogia e a linhagem dos sobrenomes), como analisou Ricardo Costa de Oliveira (2000).

Uma referência a esse *paranismo*, a versão luso-brasileira do bandeirismo (interiorização, unidade e centralidade) territorial paranaense, pode ser vista na própria apresentação do Mapa do Paraná de 1944, que integra o link da “Coletânea de Mapas Históricos do Paraná”, incluída na página do Instituto Água e Terra (IAT), agência do Estado do Paraná².

Este mapa foi elaborado para ressaltar o território perdido pelo Estado do Paraná com a criação do Território Federal do Iguazu, em 1943.

Getúlio Vargas assumiu o Governo Federal em 1930 e já no ano seguinte tentou criar esse território federal às custas do Paraná e de Santa Catarina. Entretanto, com a firme reação do interventor no Paraná, General Mário Tourinho, sua criação foi protelada, à espera de melhor oportunidade política. Em consequência, o interventor paranaense foi exonerado.

A explicação do Governo Federal para criar esse território era a urgência para nacionalizar-se a chamada “fronteira guarani”, no oeste.

Em 1943, em plena vigência da ditadura do Estado Novo, Getúlio Vargas concretizou o “Território Federal do Iguazu”. Na realidade, sua criação ocorreu para que grupos econômicos do Rio Grande do Sul adquirissem extensas glebas de terra, entre outras as que haviam sido retomadas da “Brazil Railway Company”, e iniciassem lucrativos negócios imobiliários. O objetivo principal era orientar o excedente de mão-de-obra agrícola, que já começava a deixar o Rio Grande do Sul para outras unidades da Federação.

² Na apresentação do IAT consta o seguinte texto:

O governador Carlos Massa Ratinho Junior sancionou, no dia 18 de dezembro de 2019, a Lei nº 20.070/19, que autoriza a incorporação do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia (ITCG) e do Instituto das Águas do Paraná (Águas Paraná) pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) - agora denominado Instituto Água e Terra (IAT).

O IAT tem por finalidade proteger, preservar, conservar, controlar e recuperar o patrimônio ambiental, buscando melhor qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável com a participação da sociedade (In: <http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>. Acessado em 20 jan. 2021).

Com a queda de Vargas em 1945 e a atuação dos constituintes paranaenses de 1946, esse Território foi extinto. Impedia-se dessa forma a amputação do território paranaense, em benefício de escusos negócios imobiliários (<http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>, Acessado em 21 jan. 2021).

O que chama a atenção dessa cartografia *paranista* é a correlação que havia entre a especulação da terra (no caso o espaço geográfico) e do Estado, a vinculação entre terra e poder, do ponto de vista dos interesses privados e governamentais. É fato que a *Marcha para o Oeste*, na região Sul e Sudeste do país tinha matriz empresarial e capitalista (de brasileiros e de estrangeiros – argentinos obrageiros e ingleses londrineses), sejam eles rio-grandenses, catarinenses, paranaenses (do Paraná Tradicional, da região Leste e do Norte Velho), paulistas, mineiros e capixabas. As ditas frentes de ocupação civilizatória e de incorporação ao mercado nacional (às capitais estaduais e cidades maiores) e ao mercado internacional, via exportação portuária (marítima, em Paranaguá e Antonina; ou fluvial nos rios Iguaçu e Paraná), estavam vinculadas aos interesses de fazendeiros (erva-mate, café, gado e madeira, principalmente), de especuladores imobiliários de terra em frentes agrícolas (em áreas de colonizações legalizadas ou ilegais – originárias de grilagens por desintrusão ou picaretagens e falsários) e de madeireiros. Também é preciso citar a existência de casos de migrações chamadas espontâneas, caracterizadas pelo deslocamento de camponeses – pessoas e famílias de colonos e de trabalhadores agrícolas, principalmente de gerações novas – que buscavam novas terras ou ocupação de trabalho nas frentes agrícolas³.

Todavia, na marcha especulativa (terra de negócios e terras para negócio), nessas novas frentes agrícolas, predominava a ação empresarial (empresários e imobiliárias) e de agentes e agências do Estado, consorciados e conluiados, onde o legal e ilegal não eram problemas nem preocupação.

As áreas atuais das três mesorregiões do Paraná que integraram o Território Federal do Iguaçu ou tinham parte naquela fração territorial da União, após a extinção do Território do Iguaçu, em 1946, foram foco de acentuada grilagem patrocinada pelo novo governo dos Paranás reunificados.

Moysés Wille Lupion de Tróia, denominado ou considerado como o *self-made man* e “civilizador do Paraná” (empresário governador)⁴, por Hor-Meyll T. Leite Júnior e Marcel Luiz Escobedo (2006, v. I e II), bem como pelo ex-prefeito de Curitiba (1993-1996, pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT), ex-Ministro de Estado de Turismo, ex-deputado federal pelo Paraná e membro da Acadêmica Paranaense de Letras, Rafael Greca de Macedo⁵, que prefaciou a referida obra (LEITE JÚNIOR; ESCOBEDO, 2006, p. 13-14), assumiu o mandato de governador do Estado do Paraná no período de

³ Nesse capítulo não há espaço para tratar das implicações dessas frentes civilizatórias sobre os povos originários (indígenas) e tradicionais (caboclos antigos, afrodescendentes e os diversos mestiços), tampouco da problemática da abordagem conservadora (civilizatória e naturalista) das ditas “indústrias da posse” nas franjas das frentes agrícolas, que seria realizada por caboclos, mestiços ou “índios mansos”.

⁴ Moysés Lupion foi um articulador do sindicato patronal dos madeireiros e de empresas mineradoras.

⁵ Rafael Greca de Macedo é um dos ascendentes do “Capitão Manoel Ribeiro de Macedo, preso pelo primeiro Presidente da Província do Paraná por acusações de corrupção e desvio de bens públicos em instalações estatais” (OLIVEIRA; MONTEIRO; GOULART; VANALI, 2017, p. 10). Rafael Greca foi novamente eleito prefeito de Curitiba em 2016, no segundo turno, para mandato entre 2017 a 2020, além de ser reeleito (no primeiro turno) em 2020, para o mandato de 2021-2024, em ambas eleições e exercício, filiado do Democratas (DEM).

12/3/1947 a 31/1/1951⁶, filiado ao Partido Social Democrático (PSD). No período seguinte foi eleito senador pelo PSD e, na sequência, foi eleito novamente para o mandato de governador do Paraná durante o período de 31/1/1956 a 31/1/1961⁷, pelo PSD.

Durante os mandatos de Moysés Lupion as práticas de grilagem, de desintrusão violenta (com uso de milícias privadas e do próprio Estado – a polícia militar e a secretaria de segurança pública) e de alienação de terras devolutas passaram a ser o grande negócio dos especuladores imobiliários e do próprio governador que atuava dentro e fora do Estado para agir e mesmo acelerar essas práticas, como indicaram os jornalistas paulistas Rubem Braga e Arnaldo D’Horta, em seus relatos sobre o Paraná, de 1953.

Havia os posseiros. O governo Lupion, em sua fase final, fez no Departamento de Geografia, Terras e Colonização, uma verdadeira orgia. O patrimônio territorial do Estado foi liquidado com alta velocidade, a preços baixos, os títulos expedidos com redução de todos os prazos, quartos de hotel eram transformados em repartições do Departamento funcionando dia e noite, os requerimentos despachados eram vendidos aos montes por intermediários amigos, títulos definitivos eram dados em duplicata e triplicata – e a orgia foi tão louca, no final, que o Estado vendeu mais 130 mil alqueires do que possuía... E a pressa do negócio foi tão grande, e tamanha a barafunda, que um funcionário do Departamento perdeu uma letra de câmbio de 500 contos que lhe dera um magnata das terras devolutas – letra que foi encontrada mais tarde no assoalho da repartição (BRAGA; D’HORTA, 2001, p. 23-24)⁸.

As áreas paranaenses do ex-Território do Iguaçu foram foco de atuação do governo Lupion, já no primeiro mandato, envolvendo consorte e sócios (familiares, empresários e amigos pessoais, além de nomes e documentos falsos e de pessoas já falecidas) da região tradicional do Paraná (com destaque para Ponta Grossa e Curitiba), do Norte do Paraná (Velho e Pioneiro, com destaque para o eixo Jaguariaíva-Londrina-Apucarana-Maringá), e dos outros estados do Sul – RS e SC. Seus vínculos e negócios também envolviam empresas sucessoras (espólios) de empreiteiras de ferrovias, assim como em seus litígios. No segundo mandato mesmo com a derrota no Sudoeste, suas

⁶ Durante esse mandato houve a guerra de Porecatu, na região Norte do Paraná, cuja ação militar do Estado foi decisiva para a derrota dos camponeses e a participação de integrantes do Partido Comunistas. No período final desse mandato o governo de Moysés Lupion também atuou em conjunto com a empresa imobiliária Clevelândia Industrial, Territorial Limitada (CITLA) no litígio das áreas da gleba Missões e de parte da gleba Chopinzinho, no Sudoeste do Paraná.

⁷ Durante o segundo mandato, principalmente entre 1956 até outubro de 1957, ocorreu a Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná, onde as companhias imobiliárias – além da CITLA outras duas empresas passaram a atuar nos negócios imobiliários, a Comercial e Agrícola Paraná e a Colonizadora Apucarana – consorciadas com o grupo empresarial Lupion e o próprio governador Moysés Lupion.

⁸ A obra de Braga e D’Horta (2001) – “Dois repórteres no Paraná” – foi financiada pelo governo de Bento Munhoz da Rocha Neto como um dos registros da passagem do Centenário da Emancipação do Paraná (1853-1953). O texto é relativamente curto e com linguagem jornalística, contém relatos e impressões de viagens pelo Paraná, deles (jornalistas) e também em companhia do governador. No entanto, as regiões Sudeste, Oeste e Noroeste não aparecem no roteiro do texto.

práticas de grilagem, desintrusão (legal e ilegal) e negociatas eram praticadas em outros sertões paranaenses.

Durante o período de 31/01/1951 a 31/01/1956, durante o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto (eleito pelo Partido Republicano, e exerceu o cargo até a data de 3/04/1955, por renunciar ao mandato para assumir o Ministério da Agricultura, no governo federal)⁹ e os exercícios interinos de Antônio Annibelli (então deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, assumiu o cargo de 03/04 a 01/05/1955) e de Adolfo de Oliveira Franco (da União Democrática Nacional – UDN, que assumiu o governo no período de 01/05/1955 a 31/01/1956), os negócios de Moysés Lupion, fundamentalmente no Sudoeste do Paraná, que envolviam a CITLA e o litígio das terras na gleba Missão e parte da gleba Chopinzinho, praticamente, tiveram que ser suspensos em decorrência dos atos do governador Bento Munhoz (portaria que impedia o pagamento do imposto SISA, necessário à transmissão e registro daqueles imóveis da CITLA). Porém, no início do segundo mandato Lupion revogou a referida portaria, além de agir em favor de outras medidas e de envolver novos consortes (as empresas Comercial e Apucarana).

O quarto mapa incluído nessa leitura sobre o tema das terras em fronteiras, imagem 4, não possui, no seu papel, os dados completos sobre sua origem institucional, o ano da confecção e nem legendas. Os registros existentes na tela tratam do objeto cartográfico, pois trata-se da “Localização dos Imóveis”, de que foi “Organizado e Desenhado na D-7”, de que o desenho foi realizado por Jurandir de Oliveira, e de que o visto ficaria ao encargo do Chefe da D-7, engenheiro Geraldo Boz, porém não consta a assinatura, nem a data de visto da Seção Técnica, cujos campos também estão em branco.

⁹ Com relação ao mandato de Bento Munhoz da Rocha Neto, as questões fundiárias do governo anterior, de Moysés Lupion, foram demarcadoras de águas e disputas político-partidárias. Mas ao retornar ao recém-inaugurado Palácio do Iguazu, sede do executivo paranaense, Lupion retomou suas práticas. Lupion também tinha muita influência junto ao governo federal de Juscelino Kubitschek, correligionários e apoiadores recíprocos nas eleições de 1955.

Imagem 4: Paraná - Localização de Imóveis (Área de Fronteira)

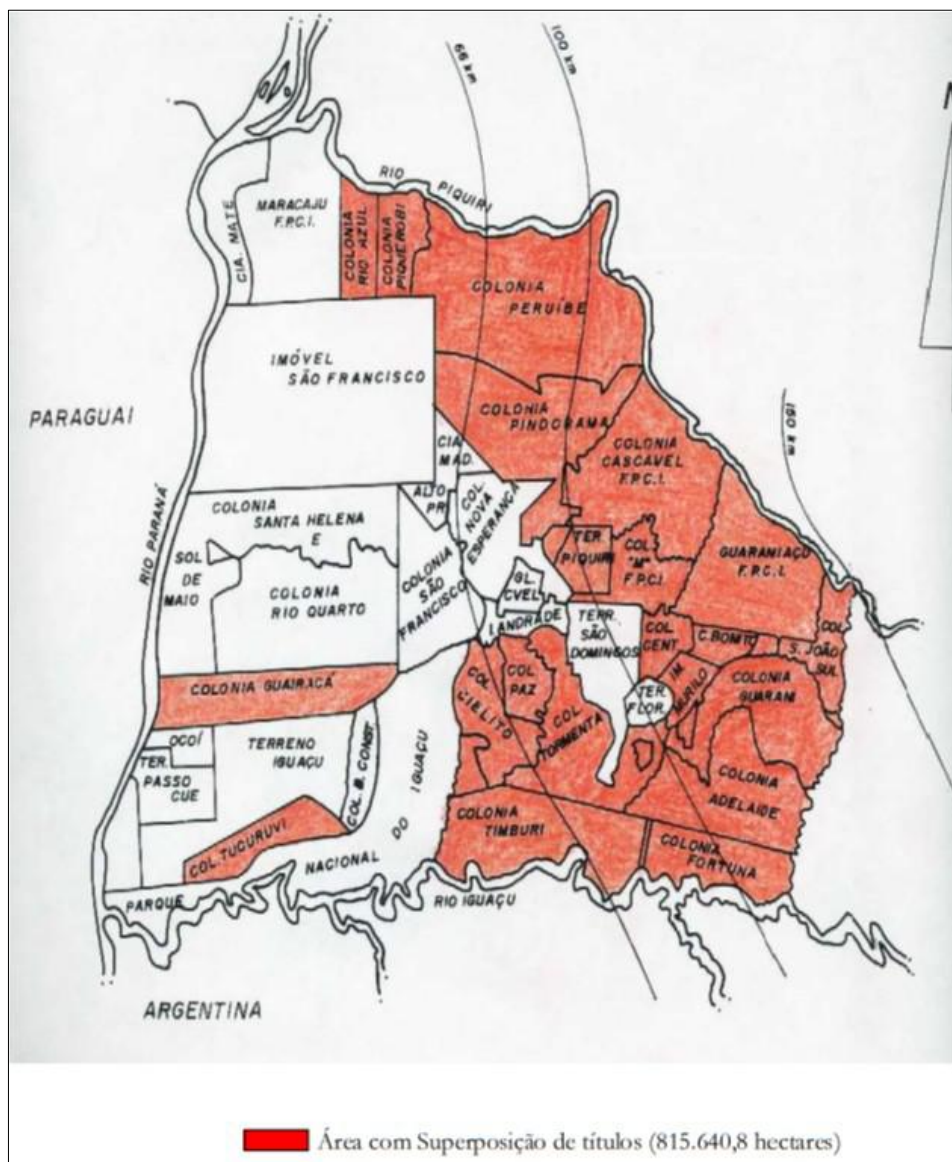


Fonte: [INCRA, 1966].

Considerando o uso desse mesmo mapa, ou melhor, de parte dele ou de uma cópia ou reprodução obtida pelo historiador Antonio Marcos Myskiw, em sua pesquisa de campo para a produção da dissertação de Mestrado em História, *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terras no Oeste Paranaense (1961/66)*, realizada no Incra, o autor inseriu as seguintes informações sobre o mapa e sua finalidade: “Mapa organizado a partir dos mapas e informações encontradas no Relatório apresentado à Comissão Especial de Estudos da Faixa de Fronteiras do Paraná e Santa Catarina, Curitiba, 1966” (MYSKIW, 2002, p. 154).

Em sinergia com os estudos de Myskiw (2002), o destaque para a região Oeste serve como ponto de partida, ou continuidade, para as pesquisas referentes aos conflitos agrários e os históricos dominiais dos vastos imóveis que haviam ou ainda existem nessa parcela do território paranaense e em outras regiões (cf. HAMMEL, 2020; ADAMY, 2010 e 2019). Além disso, nas indicações de latifúndios com sobreposição de títulos (tendo ou não registros cartoriais), em seu histórico é comum haver ligação com as concessões de terras às empreiteiras de ferrovias e mesmo de andares de titularidades, tão presentes e práticas comuns de grilagens praticadas em tempos modernos no Paraná (cf. WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988).

Imagem 5: Área com sobreposição de títulos na Região Oeste do Paraná



Fonte: MYSKIW (2002, p. 154). [Escala aproximada - 1 : 1.700.000]

Para além das irregularidades e litígios sobre a condição de fato e de direito, que ainda persistem, sobre a quem cabe registrar os imóveis nas zonas de faixa de fronteiras, a existência de sobreposição de escrituras, ou de andares de titularidades (2º, 3º, 4º ou mais andares) – nas faixas de fronteiras e fora delas -, corrobora para evidenciar e provar o fato de que a privatização de terras devolutas, de posseiros antigos e de povos originários ou tradicionais, notadamente na origem de latifúndios, constitui e constrói uma cartografia agrária ilegal e injusta.

Ao seu modo, alguns os estudos já realizados (dissertações e teses) e projetos em andamento (mestrados e doutorandos) que tratam da questão da terra em fronteiras – estudos agrários e ruralidades – estão contribuindo para uma revisão crítica e contundente, fundamentada e contraposta à oficialidade da civilização da

terra de negócio e a terra para negócios (inclusive na sua forma atual, do agro *negócio*), com levantamento de fontes e de documentos substanciais, bem como com leituras acuradas, conforme apresentado no subitem que segue. Dessa forma, a partir do próximo tópico, passamos a descrever alguns dos estudos realizados no âmbito da Linha de Pesquisa Estado e Poder do PPGH-Unioeste, os quais têm revisitado de forma crítica o tema da história agrária do Paraná e de outras regiões do Brasil.

Estudos agrários e ruralidades: apontamentos

Nos últimos anos, mesmo diante dos cortes que recorrentemente vêm sendo feitos por parte das Agências de Fomento nos recursos que são destinados ao financiamento dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil, o número de estudantes que procuraram o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGH-Unioeste) para realizarem seus Cursos de Mestrado ou de Doutorado tem mantido uma média equilibrada. Nesse mesmo sentido, os projetos de pesquisa que têm o universo rural como foco de análise também têm seguido uma proporcionalidade, com certa tendência de aumento na última década.

No geral, são pesquisas que abordam temas relativos à História do Paraná, mas igualmente estudos sobre outros contextos espaciais estão presentes no rol dessas investigações. Nas próximas linhas, como foi registrado, buscamos apresentar uma breve descrição dessas pesquisas, mais detidamente àquelas que foram realizadas no âmbito da Linha de Pesquisa Estado e Poder, do PPGH-Unioeste, e destacar a sua importância em termos da historiografia sobre o rural, à questão agrária e, também, o campo da História Agrária no Brasil.

Um primeiro aspecto que é importante destacar é o de que a maior parte das análises produzidas tratam de contextos regionais que até bem pouco tempo atrás não eram objeto de grande preocupação da historiografia nacional. São análises que têm como foco regiões localizadas no interior do país e que ainda não receberam atenção proporcional à sua importância histórica e ao papel que historicamente têm desempenhado no desenvolvimento e constituição do país. Assim, áreas como as mesorregiões Oeste, Sudoeste, Centro-Sul e a parte Sul da região Noroeste do Paraná, as regiões interioranas de Santa Catarina e da Bahia, fazem parte do rol dessas pesquisas. Além disso, os temas que são abordados também se destacam, pois, assuntos como a luta pela terra, as desigualdades sociais que historicamente caracterizam o campo brasileiro, os conflitos, as resistências, os movimentos sociais e as diferentes concepções de mundo e modos de vida que caracterizam o Brasil Rural, vem sendo objeto desses estudos.

Corroborando nesse caminho, na Linha de Pesquisa Estado e Poder, do PPGH-Unioeste, vem sendo realizadas pesquisas (projeto e defesas de dissertações e teses) que tratam da questão agrária, do mundo rural e da agricultura, acompanhadas pelos docentes Marcio Antônio Both de Silva e Paulo José Koling, que merecem uma breve referência e apontamentos, mantida a relação de autor e orientação, nessa indicação: o primeiro conjunto de produções orientadas por Marcio A. Both da Silva; e, o segundo conjunto sob a orientação de Paulo J. Koling.

É neste universo – do primeiro conjunto de estudos – que se encaixam as dissertações de Mestrado defendidas, entre 2015 e 2018, por Ederson Fernando Milan dos Santos, Hiolly Batista Januário de Souza, Cíntia Wolfart e Fabiana Stahl Chaparini. No mesmo sentido, está a tese de Doutorado defendida por Fabio Pontarolo no ano de 2019, a pesquisa de Mestrado que vem sendo desenvolvida por Osmara Ilze Oliveira Martins de Souza e as pesquisas de Doutorado que estão sendo elaboradas por Rui Marcos Moura Lima e Letícia Maria Veson. Estes estudos têm como características principais englobar os dois aspectos antes destacados: tratar de regiões ainda não devidamente debatidas pela historiografia nacional e abordar temas que são inovadores e estão dentro do escopo das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas atualmente, seja no Brasil ou em contextos internacionais.

Iniciamos a breve descrição¹⁰, antes proposta, tratando da dissertação de Mestrado defendida em 2015 por Ederson Fernando Milan dos Santos (2015), intitulada “Fronteira, capitalismo, democracia: Estados Unidos e Brasil (séculos XIX e XX)”. Em sua investigação, Santos buscou analisar as interpretações construídas sobre os conceitos de fronteira, capitalismo e democracia, a partir das obras de alguns intelectuais que estudaram o assunto. O trabalho seguiu os princípios teórico-metodológicos da História dos Conceitos em diálogo com a História das Ideias. Assim, buscou traçar as relações entre alguns autores estadunidenses que estudaram as relações possíveis entre a ocupação dos espaços de fronteira agrária e o desenvolvimento do capitalismo e da democracia (Frederick Jackson Turner, por exemplo), com pesquisadores brasileiros (Otávio Velho, José de Souza Martins e Cassiano Ricardo).

Do mesmo modo, o contexto em que as obras foram elaboradas e os impactos dos textos produzidos nos Estados Unidos aqui no Brasil foram objeto das análises de Ederson Santos. A pesquisa, além de avançar muito em relação ao seu objeto principal, também é perspicaz em estabelecer as devidas críticas a uma tendência que foi muito presente na historiografia nacional, pelo menos até meados da década de 1970, isto é, a de buscar aplicar teorias e conceitos que foram desenvolvidas para outros contextos nacionais de forma estrita para pensar o Brasil e sua história.

Em 2017, Hiolly Batista Januário de Souza (2017), defendeu a dissertação “Mediação da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos agrários do Oeste paranaense (1964-1985)”. O escopo principal da pesquisa foi estudar o trabalho mediador realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários que aconteceram na região Oeste do Paraná e que foram consequência da construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e do processo de modernização da agricultura. Além de tratar da presença da CPT na região, da sua atuação no sentido de promover e incentivar a organização dos camponeses, a dissertação demonstra o papel importante desempenhado pelos movimentos sociais que foram organizados no bojo dessas lutas ou que, em última consequência, vieram como resultado delas. Assim, o Movimento Justiça e Terra (MJT), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

¹⁰ Estas descrições tomam por base ou fazem referência e citações diretas dos resumos apresentados nas dissertações e teses citadas. As dissertações e teses comentadas nesse capítulo constam nas Referências Bibliográficas e os interessados podem obter os textos integrais acessando o Acervo da Biblioteca Digital de Dissertações e Teses da UNIOESTE [<http://tede.unioeste.br/handle/tede/>], no endereço incluído no final de cada uma dessas referências.

(MASTRO), e outras frentes de trabalho da CPT como a oposição aos projetos de colonização, a migração para as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e os conflitos entre colonos e indígenas também são objeto das análises de Hiolly Souza.

Ainda no ano de 2017, Cintia Wolfart (2017) apresentou a dissertação “‘O novo já nasce velho’: os clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980)”. Este estudo abordou o mesmo contexto que foi estudado por Souza (2017), mas aqui o foco mais direto foi o tema da modernização da agricultura, com destaque especial para a extensão rural, via a análise da atuação dos Grupos 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir) na região Oeste do Paraná. O programa 4-S foi implantado pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA projeto nº 15), órgão binacional criado no Brasil em 1953 a partir de um acordo entre os governos estadunidense e brasileiro. Segundo a autora, esta instituição foi responsável pela fundação e desenvolvimento da Extensão Rural no estado do Paraná a partir de 1956 e, também, pela difusão do projeto de modernização da agricultura em algumas outras regiões do Brasil.

A matriz desses Clubes é estadunidense (os Clubes 4-H’s que significava Head, Heart, Hands e Health, ou seja, Cabeça, Coração, Mãos e Saúde) e, enquanto parte da extensão, ambicionaram servir como um elo entre o saber científico e sua aplicação na agricultura de subsistência considerada pela extensão rural como “arcaica”. A importância da dissertação de Wolfart, entre outras, está em demonstrar as articulações entre Estados nacionais e o capital nacional e internacional na execução do projeto de modernização da agricultura brasileira que aconteceu no contexto do período da ditadura civil-militar. Outro aspecto que deve ser ressaltado é a perspicácia do estudo em demonstrar como este projeto estava enraizado na sociedade brasileira e alcançou presença e impactos em diferentes rincões do Brasil, com destaque especial, como já foi sublinhado, à região Oeste do Paraná e ao município de Marechal Cândido Rondon.

Em 2018, Fabiana Stahl Chaparini (2018) defendeu a dissertação “Gernote Kirinus: religião, política e lutas pela terra no Oeste Paranaense (1970-1980)”. Em suas análises, Chaparini abordou a trajetória de Gernote Kirinus, pastor ligado a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e que entre as décadas de 1970 e 1980 desempenhou importante papel social e político no contexto da região Oeste do Paraná, sendo que em 1978 foi eleito deputado estadual do Paraná pelo MDB. O foco principal da dissertação foi o de tratar das interconexões entre religião, política e luta pela terra no Oeste paranaense, tendo como ponto de partida a trajetória de Kirinus. Portanto, temas como as mobilizações realizadas pelos camponeses contra o processo de expropriação que acompanhou a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e o estabelecimento de novos padrões para agricultura brasileira, via execução do projeto de modernização da agricultura, estão na base da análise. Gernote Kirinus esteve diretamente envolvido nestes processos, uma vez que, juntamente com outras lideranças locais vinculadas a Igreja Católica, ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a CPT, teve uma atuação importante nas negociações entre a Itaipu e os camponeses, bem como na organização e na atuação do Movimento Justiça e Terra (MJT).

Na sequência, no ano de 2019, Fabio Pontarolo (2019) defendeu a tese do Doutorado “Terra, Trabalho e Resistência na Fronteira Agrária: história dos ‘povoadores pobres’ em Guarapuava (século XIX)”. A tese buscou compreender o estabelecimento e as estratégias de resistência dos lavradores pobres migrados ou nascidos em Guarapuava, povoação localizada no então Oeste da Província do Paraná, durante o século XIX. A investigação de Pontarolo demonstra que os lavradores pobres estabelecidos na região desenvolveram estratégias de reprodução social por meio da produção de alimentos e da criação de animais em pequena escala, vinculadas, eventual ou permanentemente, com o abastecimento das tropas que passavam na região em direção a feira de Sorocaba.

Com a ênfase maior da investigação voltada ao período entre 1850 e 1889, o autor evidenciou o quanto as populações formadas pelos homens livres pobres foram impactadas – e como reagiram – às medidas tomadas pelo governo do Paraná a partir de 1854, no contexto da Lei de Terras de 1850, proibindo novas ocupações de terra na fronteira Oeste da província. Também baseada na Lei de Terras e nos interesses dos grandes proprietários, a Câmara municipal de Guarapuava aprovou no mesmo período medidas que limitavam a expansão das roças e criações que estes lavradores mantinham naquela fronteira agrária. A expropriação das terras do aldeamento indígena de Guarapuava igualmente entrou nos planos dos estancieiros no período, gerando resistências indígenas conectadas com a discussão sobre o lugar dos lavradores pobres no Paraná provincial. Conseqüentemente as estratégias de resistência colocadas em prática pelos lavradores pobres em Guarapuava foram fundamentais para a reprodução social de suas formas de sobrevivência. Vale ressaltar a importância desse estudo em termos da História Agrária do Paraná, uma vez que este tema ainda é pouco debatido no contexto local.

Atualmente, também temos em desenvolvimento a pesquisa de Mestrado de Osmara Ilze Oliveira Martins de Souza e as pesquisas de Doutorado de Rui Marcos Moura Lima e Letícia Maria Veson. Osmara Souza tem como objetivo analisar a história do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e seus impactos na formação de assentados da Reforma Agrária na região Norte do Paraná, bem como as implicações e atuação dessas pessoas nas escolas voltadas à educação no campo e para o campo. Tema de grande relevância histórica, social e política, principalmente se levarmos em consideração a atual política agrária do Governo Federal, quase que estritamente voltada a favorecer os interesses do agronegócio e muito pouco preocupada com os temas relativos à reforma agrária e às condições de vida no campo.

Já o estudo de Rui Marcos Moura busca discutir a Bahia Rural do século XIX. Seu foco é um acontecimento que envolveu duas famílias de grandes proprietários de terras na região de Bom Jesus dos Meira na Bahia (atualmente Brumado), os quais aconteceram na Fazenda do Brejo do Campo Seco entre 1844 e 1850. Trata-se de um caso que envolveu os integrantes das famílias Moura e Canguçu e o rapto acompanhado do defloramento de Pórcia Carolina da Silva Castro, por Leolino Pinheiro Canguçu. A partir destes acontecimentos, Rui Marcos Moura buscará compreender aspectos relacionados as relações de poder no Brasil do século XIX, os conflitos por terra, as disputas, acordos e acertos que marcavam as relações entre as famílias de

grandes proprietários rurais e o Estado no oitocentos, bem como a repercussão disso na vida dos lavradores pobres. Temas que, vale ressaltar, são de grande relevância, não só para a historiografia local, como também nacional.

Em sua pesquisa de doutorado, Letícia Maria Veson vem estudando a história da Colônia Militar de Chapecó/SC, instalada na década de 1880. Em seu estudo, Veson buscará discutir algumas das heranças deixadas pela Colônia Militar, visto que ainda hoje alguns conflitos agrários que acontecem na região estão ligados ao modo como a Colônia Militar funcionou e, posteriormente, foi desativada sem que os colonos tivessem acesso à titulação dos espaços que ocupavam.

O segundo conjunto de estudos também segue uma apresentação sequencial das dissertações, teses e projetos de pesquisa em andamento, preservando os próprios passos de atuação dos pós-graduandos e dos resultados acumulados, sem, contudo, implicar num entendimento classificatório ou hierárquico, haja vista que as temáticas variam em cada pesquisa mesmo em se tratando de objeto e abordagem dos estudos agrários e ruralidades.

O primeiro estudo a ser comentado é a dissertação de Carlos Alberto Seibert (2008), que integrou a primeira turma de Mestrado do PPGH, no ano de 2006, intitulada “Os moradores do Loteamento Ceval na história de Marechal Cândido Rondon (1991 2007): um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia”. Seu foco não envolve diretamente a questão agrária, porém, com o levantamento de fontes e o estudo sobre as origens das empresas de frigorífico de carne suína que se instalaram no município, à época, um dos setores agroindustriais mais expressivos no setor de carnes, podemos indicar quatro tópicos inclusivos nas temáticas, quais sejam: 1) a atuação dos frigoríficos de suínos, enquanto agroindústria, e a presença de diferentes empresários e empresas. Durante o período de 1963 a 1996, a planta da agroindústria local passou por reformas e modernizações, mas, nesse aspecto, os quatro tipos diferentes de empresários/empresas merecem destaque (Frigorífico Rondon – Frirondon, 1963/1069-70, era de propriedade de empresários locais; Frirondon/Grupo Maripá que logo passou para o Grupo Frimesa/Ruaro, da Família Ruaro, com sede em Medianeira, de 1970-1977/78, evidenciou a amplitude, modernização e diversificação dos investimentos que a Família/Grupo Ruaro/Frimesa passou a ter nos anos de 1960/70¹¹; no ano de 1979 o consórcio Swift-Armour S. A. alugou a planta e de 1980 a 1989 foi proprietário da indústria¹²; e, de 1989 a 1996 (quando a planta de abate foi desativada), o frigorífico pertenceu ao grupo Agro Industrial de Cereais do Vale S. A. (CEVAL), e manteve somente um entreposto local de distribuição após o ano de 1996. 2) no ano de 1977 o Grupo Frimesa/Ruaro entrou em concordata, envolvendo todas as unidades frigoríficas que possuíam no Oeste e no Sudoeste do Paraná. Isso gerou um grande problema aos agricultores, principalmente os criadores de suínos, pois a forma de pagamento dos suínos era feita por meio das Notas Promissórias Rurais (NPRs), expedidas conforme

¹¹ A Família Ruaro tinha sido sócia-proprietária da empresa colonizadora Maripá, em sua formação (1946/49), da empresa colonizadora Pinho & Terras (que atuou em vários lugares no Oeste e no Sudoeste do Paraná), além dos empórios (Secos e Molhados, Armazéns, Postos de Combustíveis, etc.) que possuíam.

¹² Trata-se dos frigoríficos estadunidenses que desde o início do século XX instalaram filiais na Argentina, no Uruguai e no Brasil. Da unidade da Armour de Santana do Livramento (RS) foram trazidos a Marechal Cândido Rondon, gerentes, chefes de setores e funcionários da linha de produção vieram a Marechal Cândido Rondon. O grupo Swift tinha plantas frigoríficas nos municípios de Rio Grande e de Rosário, no RS.

regulação do sistema bancário, e, caso não fossem quitadas pela empresa (no caso a Frimesa) até o vencimento, os bancos passavam a cobrar os valores dos endossantes (fiadores/avalistas), que eram os próprios agricultores/suinocultores. 3) a mobilização dos agricultores suinocultores, no Oeste e no Sudoeste, teve a participação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), resultando, inclusive no Movimento Justiça e Trabalho (MJT) na região Sudoeste. 4) O problema das NPRs e da concordata do grupo Frimesa/Ruaro (mas não da família Ruaro) só foi solucionada com a intervenção do Banco Central, ao quitar o valor das dívidas das NPRs com recursos a fundo perdido, ou seja, socializou as perdas (dívidas da empresa Frimesa) e o empreendimento, até então privado, passou para o consórcio cooperativo vinculado à Cotriguaçu (Sudccop/Frimesa).

No ano de 2010, a professora Irene Spies Adamy (2010) defendeu a dissertação intitulada “Formação e organização política da classe dominante agrária: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná”, contribuindo para a compreensão do tema até então não pesquisado sobre as origens histórico-sociais, a organização e a atuação da classe dominante patronal rural em Cascavel. Tendo por referência as pesquisas e abordagens sobre o patronato rural das autoras Regina Bruno (cf. 1997) e Sonia Regina Mendonça (cf. 2006), assim como da relação sociedade civil e sociedade política (o Estado ampliado), de Antônio Gramsci, Irene S. Adamy elaborou um texto original sobre as dimensões da construção do domínio e da hegemonia dessa fração da classe dominante agrária local. Também contextualizou alguns aspectos das disputas e projetos sociais sobre a terra, contrapondo o projeto do patronato com as lutas do Movimento Sem Terra (MST) por reforma agrária em latifúndios com histórico dominial duvidoso, ou dos diferentes sentidos e projetos de nação do agronegócio (*agrobusiness*) e da agroecologia. Com relação aos conflitos agrários, o destaque apresentado pela autora foi o caso ocorrido em Santa Tereza do Oeste e Cascavel, no ano de 2008, envolvendo a multinacional Syngenta (multinacional francesa que fazia pesquisa de transgênicos em área que possuía dentro dos limites da zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, o que não era permitido) e da Sociedade Rural do Oeste (SRO) e a Via Campesina e o MST, com registro do assassinato de Valmir Mota de Oliveira, o *Keno*, líder do MST. Também indicou a mobilização do bloqueio da BR-277 que dirigentes da SRO realizaram para evitar a marcha da Via Campesina/MST e impedir a passagem (sem sucesso) da comitiva do governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), que iria até a fazenda experimental da Syngenta. Outro elemento que Adamy analisou foram os lugares de memórias (uma linguagem em monumento) que foram construídos pela Via Campesina/MST, no local do assassinato do *Keno* (na área da Syngenta, expropriada pelo governo do Paraná e destinada ao IAPAR) e o “monumento da resistência dos produtores em defesa do direito à propriedade”, construído na entrada da sede da SRO, ao lado da BR-277.

Em 2011, Cristiane Bade (2011) concluiu o Curso de Mestrado com a dissertação intitulada “Especulação do solo urbano em Marechal Cândido Rondon (1980-2008): uma análise sobre as relações políticas e empresariais”. A pesquisa não trata diretamente da questão agrária, porém, podemos indicar dois elementos que a autora analisou que podem contribuir com essa temática. São eles: 1) a crítica à visão pioneirista e memorialista da empresa Maripá (imobiliária e especuladora da terra, via

venda de lote parcelados no meio rural e urbano, conforme plano de colonização em terras da antiga obra da Fazenda Britânia); e, 2) a permanência e continuidade de negócios de especulação da terra, no meio urbano e rural, dos ex-corretores da Maripá, alguns dos quais criaram empresas imobiliárias e mantiveram a sucessão familiar nos negócios e mesmo laços de parentescos resultantes de casamentos entre membros dessas famílias).

Nesse mesmo ano, Milena Costa Mascarenhas (2011) apresentou a dissertação “Poeira X Unicon: confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu”, tendo por objeto a luta por justiça dos atingidos, que seriam expropriados dos seus lugares de trabalho, moradia e vivências, e, em outra perspectiva, a atuação da empresa binacional Itaipu, envolvendo os governos do Brasil e do Paraguai, além dos *holdings* de empresas e empreiteiras, de cada país, que realizaram o conjunto das obras e serviços da hidroelétrica. Esse estudo merece destaque pelo conjunto de fontes pesquisadas – as edições do Boletim Poeira e cartilhas da CPT e as edições do Informativo UNICON, em ambos os casos todas as edições publicadas durante o período abordado foram analisadas –, conforme indicado pela autora: “A pesquisa teve com objeto e fonte central a análise de dois periódicos, o informativo Unicon, o primeiro jornal da Itaipu, criado em 1978, e o boletim Poeira, criado no mesmo ano, produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT/PR), e o objetivo de destacar os confrontos e contrapontos que seus sujeitos produziram no processo (MASCARENHAS, 2011, p. 5). Além da originalidade dessas fontes (a íntegra das edições), a abordagem proposta por Milena Mascarenhas contribuiu para romper com a visão abstrata e geral que inúmeras pesquisas e publicações anteriores apresentavam em relação à Itaipu Binacional, como sendo somente uma empresa governamental (binacional)¹³, sem tratar das grandes empreiteiras, bancos e empresas, prestadoras de serviços e assessorias e de produtos que a Itaipu Binacional precisou comprar (nos mercados internos e internacional) ou obter financiamentos.

Com as pesquisas nas edições do Unicon, a autora pode evidenciar as práticas de controle que as próprias empreiteiras realizavam para garantir a ordem nas áreas de construção da usina e criar consenso em relação à importância e a magnitude da hidroelétrica. Com as fontes pesquisadas de autoria da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento Justiça e Terra (MJT), Milena Mascarenhas também evidenciou os confrontos e contrapontos que os expropriados realizaram e sua força de pressão contra as injustiças que a Itaipu pretendia realizar em relação aos atingidos e às poucas indenizações, propagandeadas pela Itaipu como sendo um “preço justo”. A contestação do MJT e sua força social e política fez com que a Ditadura teve que negociar. Pode-se dizer, mantendo a linguagem popular dos “Poeiras”, que o “Faraó, do alto do seu grande Mausoléu, teve que dobrar os joelhos” perante a multidão em movimento.

No ano de 2014, Juliana Valentini (2014) apresentou a dissertação intitulada “Sociedade Rural do Paraná: organização e atuação da fração agrária da classe

¹³ A Itaipu Binacional também incluía a atuação do Consórcio Brasileiro-Paraguaio que era integrado, no lado do Brasil, pela União de Construtoras Limitada (UNICON) – formada pela Cetenco, CBPO, Camargo Correa, Andrade Gutierrez e Mendes Júnior –, e, no lado do Paraguai, pelo Consórcio de Empresas Construtoras Paraguias (CONEMPA) – formado pelas empresas Barril Hermanas, Cia. General de Construcciones, ECCA S. A., Ing. Civil Hermanos Baumam, ECOMIPA (Emp. Const. Min. Paraguaya e Jimeñez Gaona & Lima (MASCARENHAS, 2011, p. 56).

dominante regional”, na qual pesquisou essa entidade da classe dominante agrária de Londrina, com destaque à organização e atuação da Associação Rural de Londrina – ARL, de 1946-1970, e sua continuidade com a Sociedade Rural do Paraná (SRP), seguindo o caminho que Irene Adamy (2010) havia realizado sobre o caso de Cascavel, além dos estudos que Regina Bruno (cf. 1997) e Sonia Regina Mendonça (cf. 2006), a tempo, desenvolviam sobre o patronato rural e os rumos do agronegócio no Brasil. Conforme a síntese da autora, a pesquisa priorizou a ação da ARL, sobre como ela

[...] tem inserido seus representantes junto às agências do estado, defendido econômica, social e politicamente seus interesses e organizado lutas juntamente com outras entidades frente aos movimentos sociais. Por meio de suas práticas a ARL mobilizou e organizou a vontade coletiva da fração de classe que representa, articulou forças e interesses para fazer frente às lutas dos posseiros de Porecatu contra os grileiros, para criminalizar as organizações dos trabalhadores rurais e construiu juntamente com outros setores da sociedade as bases de apoio ao golpe civil-militar de 1964 (VALENTINI, 2014, p. 6).

Outro ponto da análise que a Juliana produziu foi a atuação da entidade patronal rural em relação ao Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, demonstrando seu projeto de hegemonia de classe à sociedade regional no Norte do Paraná, no conjunto do Estado e no país. A abordagem sobre o lugar de memória criado pela própria SRP, o “Museu da Sociedade Rural do Paraná”, qualificou a pesquisa e a leitura dessa linguagem histórica da ARL/SRP, enquanto narrativa e relação presente-passado dos ruralistas londrinenses.

Outra dissertação defendida no ano de 2019, de autoria de Arthur Carpenedo Andreani (2019), intitulada “Processo de desenvolvimento em Chapecó: inter-relações entre economia e política (1960-1970)”, tem proximidade com os estudos agrários e ruralidades, pois dialoga com o processo de construção e afirmação do município e da cidade de Chapecó, enquanto “capital do Oeste de SC”, cujos atores envolveu empresários e empresas do complexo agroindustrial de carnes (frangos e suínos), de tecnocratas do Estado de Santa Catarina e suas agências de governo e planejamento, no caso, a Secretaria de Negócios do Oeste (SNO) de SC, criada no ano de 1966, o do governo de Celso Ramos.

Arthur Andreani buscou abordar a relação entre política e economia a partir da noção de Estado ampliado e utilizou como fontes publicações elaboradas por agências do governo de SC, por intelectuais catarinenses desenvolvimentistas vinculados ao Estado de SC e a própria Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), além de matérias jornalísticas publicadas na imprensa chapecoense e na capital do Estado. O período de 1950 e 1960 marcou, fortemente, a modernização da agricultura e o estabelecimento de complexos agroindustriais privados do setor de carnes (aves e suínos, com destaque à Sadia) na região Oeste catarinense, posteriormente conhecido como sistema integrado. Nesse contexto e cenário as demandas por investimentos em redes de transporte e escoamento da produção e de energia passou a ser objeto de

ação e reivindicação de empresários e empresas, no âmbito das corporações de classe, quanto em espaços institucionais do Estado (poder executivo e legislativo).

No final de setembro de 2019 houve a defesa da tese de Doutorado da professora Irene Spies Adamy (2019), intitulada “Terra, poder e cooperativismo no Oeste do Paraná: o caso da COOPAVEL”, na qual a autora deu continuidade aos estudos sobre a organização e atuação de fração da classe dominante de origem agrária no sistema cooperativo local. Na tese a autora tratou da formação histórico-social de Cascavel e situou o perfil da estrutura fundiária que deu base material e econômica à fração agrária dominante e dirigente dos proprietários de grandes áreas rurais. Irene Adamy também retomou algumas ações do Departamento Administrativo do Oeste (DAO), criado no ano de 1948, pelo governo de Moysés Lupion, enquanto agência do Estado e do próprio governador Lupion nessa região recém-reincorporada ao Estado do Paraná.

Com relação ao cooperativismo a autora contextualizou o Projeto Iguazu de Cooperativismo (PIC), implantado nos anos de 1974/1975, também fomentado pelo governo federal e o paranaense, vinculado à chamada “revolução verde”. O enfoque ao cooperativismo e o estudo de caso da Coopavel teve o propósito de cotejar a trajetória dessa forma de organização empresarial capitalista, em meio ao processo de modernização da agricultura e à formação de complexos agroindustriais cooperativos. O ponto central da análise da tese é o perfil horizontal e vertical da empresa, em termos dos recursos humanos (associados, dirigentes e empregados), dos estratos de propriedade rural do quadro de associados, da permanência dos mesmos diretores ao longo dos anos e décadas (desde a redefinição da Coopavel), do quadro técnico e de extensão rural e dos setores do arranjo produtivo (produção primária de cereais, frangos, suínos, gado de leite, gado de corte e peixes) e de transformação de materiais primas (insumos, rações, farinhas e derivados de carnes – frango, suína, peixe e gado) comercializados no mercado local, estadual, nacional e, principalmente, internacional, além do sistema próprio de crédito (Credicoopavel) e de formação de quadros na universidade corporativa (UNICOOP).

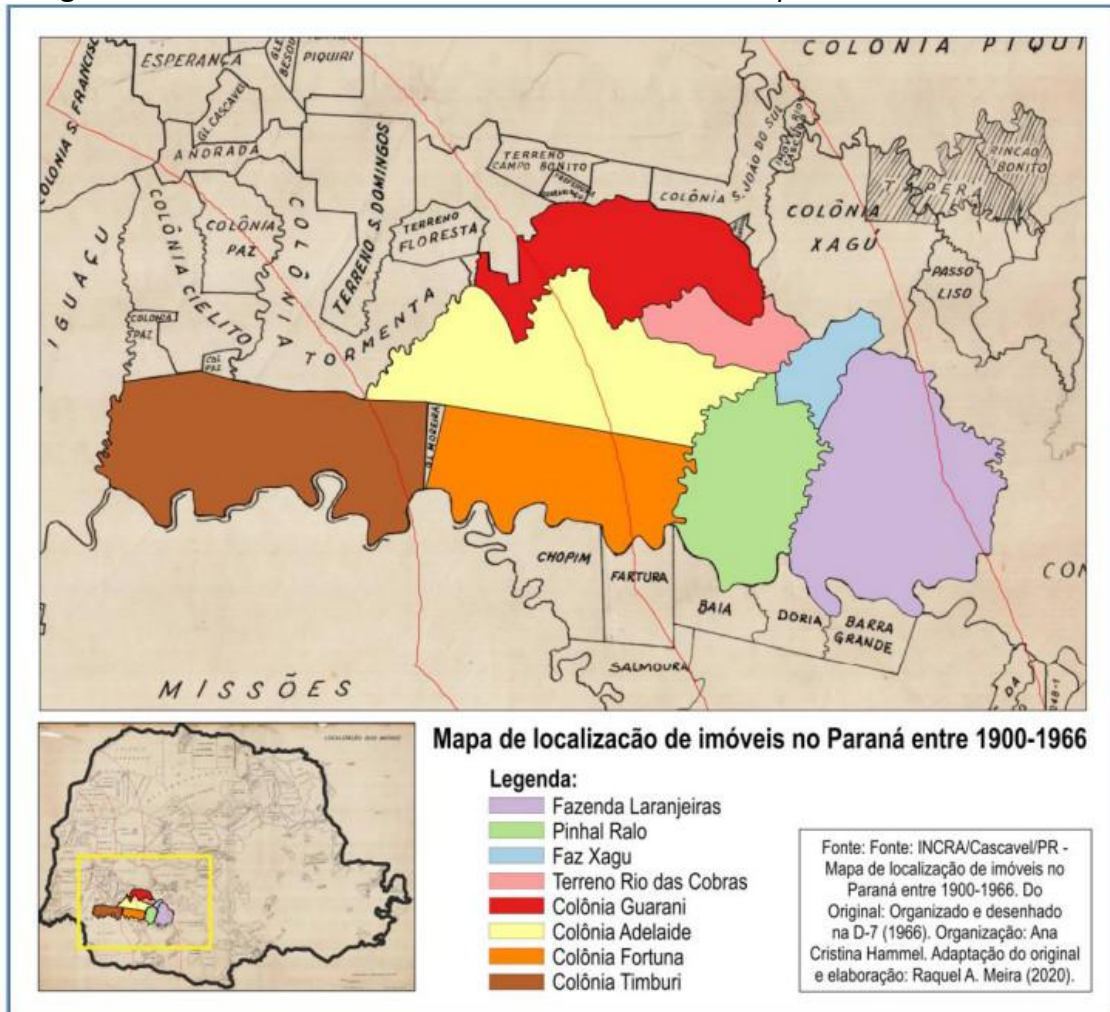
O que mais instigou a autora foi a permanência e ampliação da organização e da ação da fração da classe dominante local e sua capacidade de direção e construção de hegemonia social, empresarial, política e econômica, nos setores produtivos, na sociedade civil organizada e na sociedade política. Pode-se dizer que essa fração da classe dominante local, de origem agrária, organiza e dirige um circuito de acumulação de capital, geograficamente estabelecido no entorno de Cascavel.

A marca Coopavel representa um dos atores de linha de frente do padrão atual do agronegócio (*agrobusiness*) brasileiro, com ampla difusão realizada nas edições anuais do *Show Rural Coopavel*, e no conjunto das publicações institucionais que divulga por meio impresso e por internet.

No ano de 2020, por sua vez, a professora Ana Cristina Hammel (2020) concluiu o Curso de Doutorado com a defesa da tese intitulada “Luta Camponesa pela terra no latifúndio da Araupel: um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesas”. A pesquisa realizada pela autora contou com acesso e leitura de fontes até então pouco trabalhadas e mesmo inéditas, a exemplo da problemática do histórico dominial dos imóveis Pinhal Ralo e Rio das Cobras, que pertenciam a empresa

Giacomet-Marodin-Maisonave, posteriormente denominada Araupel. O tema da pesquisa, a luta camponesa pela terra – instigada pela própria experiência de reforma agrária realizada/conquistada pelo Movimento Sem Terra (MST), naquele que foi considerado o maior latifúndio contínuo (mais de 100 mil hectares) que existia na região Sul do Brasil, nos anos de 1990 –, exigiu uma pesquisa histórica sobre o histórico dominial dos dois imóveis, de fontes primárias e bibliográficas que tratassem da formação social da região Centro-Sul do Paraná, especialmente, os campos de Laranjeiras do Sul, haja vista a ausência de pesquisas mais profundas daquele espaço.

Imagem 6: Imóveis relacionados ao estudo de caso da Araupel



Fonte: INCRA/Cascavel/PR – Mapa de localização de imóveis no Paraná entre 1900-1966. Organização Ana Cristina Hammel. Adaptação e elaboração: Raque, A. meira (2020) Apud: HAMMEL, 2020, p. 87.

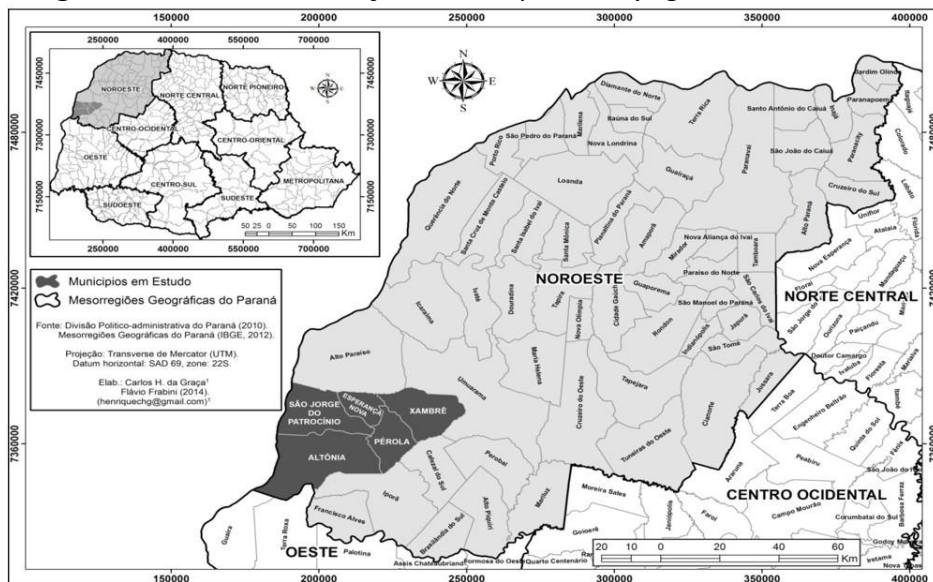
Sobre o relato do ofício da pesquisa e a ampliação da análise histórica da questão agrária (expropriações e violências), Ana Hammel pode analisar experiências anteriores de luta camponesas e alinhar vários imbróglis dos registros de imóveis e das práticas de grilagem.

A pesquisa nos levou a vários materiais de época que além de expressarem o cotidiano dos camponeses nessas áreas, levantaram indícios da grilagem, da expropriação e da violência contra a população local. Os processos judiciais movidos na Comarca de Laranjeiras do Sul entre os anos de 1950 e 1960 denunciam as práticas de grilagem e a expulsão dos camponeses respaldadas/feitas pelos agentes e agências do estado do Paraná. Essas fontes constituíram uma importante documentação para compreender a grilagem na região, a sobreposição de terras entre os imóveis, Fazenda Laranjeiras, Colônia Adelaide, Colônia Fortuna, Erva Mate, Andradas e o Rio das Cobras (HAMMEL, 2020, p. 15).

Em outra medida, a autora pode apresentar resultados de um outro cenário e contexto da questão da terra, especialmente, os frutos da reforma agrária presentes na vida camponesa, após o retorno à terra, destacando a importância da educação popular no e do campo, o fomento da agroecologia e da realidade da juventude sem-terra, enquanto recriação camponesa

Outras pesquisas que vem sendo realizadas (de projetos de tese e de dissertação) também merecem menção, tendo em vista os temas e objetos de pesquisa. O primeiro deles, apresentado em 2018, é de Flavio Fabrini (2018), com o título inicial “A Companhia Byington e os entraves para o desenvolvimento das cidades durante o processo de (re)ocupação do Noroeste do Paraná a partir de 1960”. Embora esteja em andamento, em estudos anteriores e no desenvolvimento dessa pesquisa, Flávio Fabrini (2018, p. 6) estabeleceu relações entre os imóveis que a Companhia Byington obteve em negociações realizadas com o governo Lupion, com origens dominiais nos decretos de concessões às antigas empreiteiras de ferrovias (*Brazil Railway Company* e outras sucessoras).

Imagem 7: Área de Colonização da Companhia Byington



Fontes: Divisão político-administrativa do Paraná (2010) – IBGE (2012)
Org. F. Flávio e G. da Henrique Carlos, 2013.

Afora isso, a própria referência à Companhia Byngton e ao grupo Byngton, com negócios no Nordeste do Paraná, é outro fato instigante, afinal, como indicou Fabrini, tratava-se de um megagrupo econômico de capital estadunidense.

Em 1950 ocorreu a concessão de terra para a Companhia Byngton. Ao todo foram 135,949 mil ha. de terra devoluta que ficou sob sua responsabilidade. Portanto, nesse primeiro momento, houve concessão de grandes áreas, posteriormente as empresas adotaram um modelo de pequenas propriedades tornando atrativo e viabilizando a reocupação territorial (FABRINI, 2018, p. 4).

Comparando os mapas 4 e 7, é possível indicar que a área da Byngton correspondia (na totalidade ou parcialmente), os imóveis do *Núcleo Xambrê, Colônia Rio da Areia, Colônia São João, Colônia Rio do Veado e Núcleo Cruzeiro*. Na atualidade a área corresponde aos municípios de Xambrê, São Jorge do Patrocínio, Altônia, Esperança Nova e Pérola.

Outra pesquisa de tese que se encontra em andamento, iniciada no ano de 2019, é o projeto da professora Maristela Solda, que tem por temática a questão agrária e a formação social em Cascavel – construções e disputas por domínio da terra (1952-2020) – que implicará num levantamento da estrutura fundiária e a problemática das irregularidades dominiais dos antigos imóveis (vide Imagem 4).

Por sua vez, a mestranda Nilva Lenz Zimmermann, que ingressou no PPGH em 2020, vem desenvolvendo a pesquisa sobre os “conflitos acerca da demarcação de terras indígenas em Santa Helena”. Para esse estudo, Nilza Zimmermann abordará a questão das terras indígenas durante a construção da Itaipu Binacional, a perda de território, a retomada da luta por Tekoha, os enfrentamentos que os Guarani vivem cotidianamente e os avanços e entraves que existem na tramitação dos processos de demarcação de terra.

Em linhas gerais, este é um panorama das dissertações de Mestrado e teses de Doutorado já defendidas e em andamento que têm como objeto temas do mundo rural. Voltamos a destacar a importância delas em termos da História Agrária brasileira e em relação aos assuntos que abordam, as discussões que desenvolvem e as inovações que propõem. Por fim, frisamos, novamente, a importância de termos um Programa de Pós-Graduação em História sediado na região Oeste do Paraná, no interior do país, pois muitos das pesquisas aqui descritas só foram possíveis de serem desenvolvidas e então em execução devido a existência deste Programa.

Referências

ADAMY, Irene Spies. **Formação e organização política da classe dominante agrária: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná**. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010. [<http://tede.unioeste.br/handle/tede/1761>]

ADAMY, Irene Spies. **Terra, poder e cooperativismo no Oeste do Paraná**: o caso da COOPAVEL. 2019. 274 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019. [<http://tede.unioeste.br/handle/tede/4702>]

ANDREANI, Arthur Carpenedo. **Processo de desenvolvimento em Chapecó**: inter-relações entre economia e política (1960-1970). 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019. [<http://tede.unioeste.br/handle/tede/4423>]

BADE, Cristiane. **Especulação do solo urbano em Marechal Cândido Rondon (1980-2008)**: uma análise sobre as relações políticas e empresariais. 2011. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011. [<http://tede.unioeste.br/handle/tede/1770>]

BRAGA, Rubem; D'HORTA, Arnaldo. **Dois repórteres no Paraná**. 2 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

BRUNO, Regina. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra** – a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CHAPARINI, Fabiana Stahl. **Gernote Kirinus: religião, política e lutas pela terra no Oeste Paranaense (1970-1980)**. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade estadual do Oeste do Paraná, 2018. [<http://tede.unioeste.br/handle/tede/3887>]

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 7ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

ESTERCI, Neide (apres.). **Terra de Trabalho e Terra de Negócio**: estratégias de reprodução camponesa. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

FABRINI, Flávio. **A Companhia Byington e os entraves para o desenvolvimento das cidades durante o processo de (re)ocupação do Noroeste do Paraná a partir de 1960**. Marechal Cândido Rondon, 2018. (Projeto de pesquisa apresentado na Seleção do Curso de Doutorado).

HAMMEL, Ana Cristina. **Luta camponesa pela terra no latifúndio da Araupel**: um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesas. 2020. 350 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020. [<http://tede.unioeste.br/handle/tede/5004>]

LEITE JÚNIOR, Hor-Meyll; ESCOBERDO, Marcel Luiz. **Moysés Lupion**: civilizador do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a chegada do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

- MASCARENHAS, Milena Costa. **Poeira X Unicon: confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu**. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011. [<http://tede.unioeste.br/handle/tede/1781>]
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **A Questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária - natureza e comportamento – 1964 – 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terras no Oeste Paranaense (1961/66)**. Niterói/RJ; Marechal Cândido Rondon/PR: Programa de Pós-Graduação Interinstitucional em História UFF/UNIOESTE, 2002.
- MOTTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: EDUEM, 1994.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio das genealogias: classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930)**. Campinas/SP: Departamento de Sociologia/IFCH-Unicamp, 2000. 495 p. (Tese de Doutorado em Sociologia)
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de; MONTEIRO, José Marciano; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Crhistina. "Prosopografia familiar da Operação "Lava-Jato" e do Ministério Temer" In: **Revista NEP-UFPR** (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.3, n.3, agosto 2017. p. 1-28 (DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/nep.v3i3>)
- PONTAROLO, Fabio. **Terra, Trabalho e Resistência na fronteira agrária: história dos "povoadores pobres" em Guarapuava (século XIX)**. Marechal Cândido Rondon/PR: Programa de Pós-Graduação em História/UNIOESTE, 2019. 365 p. (Tese de Doutorado em História). [<http://tede.unioeste.br/handle/tede/4418>]
- SANTOS, Ederson Fernando Milan dos. **Fronteira, capitalismo, democracia: Estados Unidos e Brasil (séculos XIX e XX)**. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015. [<http://tede.unioeste.br/handle/tede/1719>]
- SEIBERT, Carlos Alberto. **Os moradores do Loteamento Ceval na história de Marechal Cândido Rondon (1991 2007): um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia**. 2008. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008. [<http://tede.unioeste.br/handle/tede/1744>]
- SOUZA, Hiolly Batista Januário de. **Mediação da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos agrários do oeste paranaense (1964-1985)**. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017. [<http://tede.unioeste.br/handle/tede/3235>]
- VALENTINI, Juliana. **Sociedade Rural do Paraná: organização e atuação da fração agrária da classe dominante regional**. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014. [<http://tede.unioeste.br/handle/tede/1699>]

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. “Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno” In: Centro De Estudos Migratórios. **Ocupação do Paraná**. São Paulo: AGEN, 1988. (Série Cadernos de Migração, v. 3) 45 p. [Republicação na íntegra do Boletim nº 7, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, de setembro de 1968].

WOLFART, Cintia. "**O novo já nasce velho**": os clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980). 2017. 269 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3161>